



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1013413-58.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Valeria Aparecida Pamponet Gomes Me**  
 Requerido: **Leitz Ferramentas para Madeiras Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DE C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido mercadorias da ré, cujo pagamento se faria por intermédio de boletos bancários, mas por um erro de contabilidade não realizou o pagamento de dois desses boletos, levados então a protesto.

Alegou ainda que posteriormente fez acordo com a ré para a quitação de tais débitos, mas mesmo depois da implementação do pagamento ela manteve os protestos sem que houvesse respaldo a tanto.

Salientou que por isso foi obrigada a pagar novamente as despesas que já saldara, de sorte que almeja à sua devolução em dobro e ao ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A primeira questão que demanda enfrentamento no processo diz respeito a definir de quem era a responsabilidade pela baixa dos protestos trazidos à colação (e que foram lavrados corretamente, diga-se de passagem).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Sobre tal tema, a Segunda Turma do Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp nº 1339436/SP, tomado pelo regime do art. 543-C do CPC, relatado pelo Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, firmou o entendimento de que, em se tratando de título legitimamente protestado, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto, desde que não haja pactuação em sentido contrário.

Nesse sentido:

*“CANCELAMENTO DE PROTESTO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. ÔNUS DO CANCELAMENTO DO PROTESTO LEGITIMAMENTE EFETUADO. DEVEDOR. CONFORME DISPÕE O ART. 2º DA LEI N. 9.492/1997, OS SERVIÇOS CONCERNENTES AO PROTESTO FICAM SUJEITOS AO REGIME ESTABELECIDO NESTA LEI. ALEGAÇÃO DE O DÉBITO TER SIDO CONTRAÍDO EM RELAÇÃO DE CONSUMO. IRRELEVÂNCIA, POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTO SUBMETIDO A REGRAMENTO ESPECÍFICO. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: “No regime próprio da Lei n. 9.492/1997, legitimamente protestado o título de crédito ou outro documento de dívida, salvo inequívoca pactuação em sentido contrário, incumbe ao devedor, após a quitação da dívida, providenciar o cancelamento do protesto.” 2. Recurso especial não provido.” (grifei).*

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, firmando a convicção de que era da autora a obrigação pela baixa do protesto que a ré legitimamente promovera.

Assentada essa premissa, fica claro que a ré não incorreu em qualquer ato ilícito, mas, ao contrário, encaminhou de maneira adequada a documentação necessária à autora para que diligenciasse a regularização da situação.

Patenteou-se inclusive que a autora recebeu tais elementos (fl. 129), apresentando-os meses depois ao Tabelionato competente a fim de que fosse dada baixa aos protestos (fls. 64 e 153).

O panorama traçado conduz à rejeição da pretensão deduzida.

A declaração da inexistência do débito não se justifica à míngua de controvérsia sobre o assunto.

Aliás, a circunstância dos protestos já terem sido baixados reforça a ideia de que não há interesse na edição da proclamada declaração.

A devolução em dobro do que a autora teria pago em duplicidade não se concebe igualmente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Na verdade, a autora não coligiu dados minimamente seguros de que tivesse efetivado um segundo pagamento, ao passo que os documentos de fls. 64 e 153 indicam o contrário, vale dizer, denotam que a baixa dos protestos se deu depois da apresentação da documentação que a ré encaminhara à autora e não de novo pagamento.

O ressarcimento de danos morais, por fim, deve ser afastado diante da inexistência de ato ilícito a cargo da ré que cristalizasse sua obrigação dessa natureza.

No que concerne ao pedido contraposto formulado pela ré, assiste-lhe razão no reembolso do que gastou para obter documento que instruiu a peça de resistência, como se vê a fl. 62.

O mesmo não se dá com os honorários advocatícios pagos pela ré, *venia maxima concessa*.

Isso porque é certo que a Lei nº 9.099/95 tem por desiderato franquear o maior acesso ao Poder Judiciário, tanto que dispensa a obrigatoriedade da presença de Advogado nas causas até vinte salários mínimos (art. 9º, *caput*).

Vai além e determina em seu art. 55, *caput*, que a sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários advocatícios, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

Assentadas essas premissas, o pedido de ressarcimento feito pelo autor não haverá de vingar, sob pena de configurar violação às avessas dos aludidos preceitos normativos.

Por outras palavras, ele permitiria em última análise a condenação vedada expressamente no art. 55, *caput*, desse diploma legal, não podendo bem por isso prosperar.

Como se não bastasse, a situação posta pela autora seria inaceitável porque vincularia a autora a contrato de que não tomou parte e sobre o qual não teve interferência alguma, não podendo responder pelas consequências do mesmo advindas.

Tenho como improcedente por tudo isso a postulação no particular apresentada.

Não extraio dos autos, ademais, o elemento subjetivo imprescindível à caracterização da litigância de má-fé por parte da autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE EM PARTE o pedido contraposto** para condenar a autora a pagar à ré a quantia de R\$ 129,83, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2017 (época da emissão do recibo de fl. 62), e juros de mora, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 09 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**